

CAPITAL SOCIAL EM COMUNIDADES DE ÁREAS DE RISCO DE DESLIZAMENTOS EM FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, BRASIL

SOCIAL CAPITAL IN COMMUNITIES AT LANDSLIDE RISK AREA, FLORIANOPOLIS, SANTA CATARINA, BRAZIL

CAPITAL SOCIAL EN LAS COMUNIDADES DE AREAS DE RIESGO DE DESLIZAMIENTOS, FLORIANOPOLIS, SANTA CATARINA, BRASIL

Silvia Midori Saito

Doutora (2011) em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Estrada Doutor Altino Bondesan, 500 - Distrito de Eugênio de Melo, São José dos Campos/SP. E-mail: silvia.saito@cemaden.gov.br

Joel Robert Georges Marcel Pellerin

Doutorado em Geografia pelo Institut de Geographie - Université de Caen (1968). Professor adjunto voluntário aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900. E-mail: pellerin@cfh.ufsc.br

RESUMO

O incentivo a uma melhor relação entre os moradores de áreas de risco deveria ser tomado como uma importante medida não estrutural de prevenção de desastres socioambientais. Ainda que este tema esteja ganhando espaço nas discussões governamentais e acadêmicas, ainda é pouco investigado no sentido de entender sua contribuição para redução de danos humanos. Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender a constituição do capital social em comunidades moradoras em áreas de risco de deslizamentos em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. A análise foi elaborada sob duas perspectivas: a primeira, focada às características da população e a segunda, voltada aos espaços agregadores, que poderiam contribuir para o fortalecimento do capital social. Os resultados reforçam a importância de incluir outras dimensões para avaliar a população em risco de desastre.

Palavras-chave: capital social, prevenção de risco, risco de desastre.

ABSTRACT

Encouraging a better relationship between the residents of risk areas should be considered as an important non-structural measure of socio-environmental disasters prevention. Despite the theme is growing in the governmental and academic discussions, it is still barely investigate to comprehend its contribution to reduce human losses. The aim of this study was to comprehend the establishment of social capital in communities living at landslide risk area in Florianopolis, Santa Catarina, Brazil. The analysis was elaborated using two approaches: the first related on the characteristics of the population and the second focused on the aggregating spaces, where contribute to the enhancement of social capital. The results emphasize the importance to consider other dimensions to evaluate the population at disaster risk.

Key-words: social capital, risk prevention, disaster risk.

RESUMEN

El estímulo a una mejor relación entre los habitantes de áreas de riesgo debe ser tomado como una importante medida no estructural de prevención de desastres socio-ambientales. Aunque este tema está ganando espacio en las discusiones gubernamentales y académicas, todavía es poco investigado en el sentido de entender su contribución para la reducción de daños humanos. Este estudio fue desarrollado con el objetivo de comprender la constitución del capital social en comunidades moradoras en áreas de riesgo de deslizamientos en Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. El análisis fue elaborado bajo dos perspectivas: la primera, enfocada a las características de la población y la segunda, volcada a los espacios integradores, que podrían contribuir al fortalecimiento del capital social. Los resultados refuerzan la importancia de incluir otras dimensiones para evaluar la población en riesgo de desastre.

Palabras-clave: capital social, prevención de riesgo, riesgo de desastre.

INTRODUÇÃO

A percepção de que os desastres naturais eram causados apenas pelos eventos adversos começou gradativamente a ocupar espaço diante das discussões mundiais. Parte da responsabilidade passou a ser atribuída também às formas de ocupação, em áreas suscetíveis a processos perigosos, bem como à própria qualidade de infraestrutura das habitações. Como ações concretas, medidas não estruturais foram desenvolvidas, a exemplo dos mapeamentos de áreas de risco, e a realização de medidas estruturais, representadas pelas obras de engenharia. Assim, para a redução da exposição física das pessoas existiria um rol de soluções concretas.

Por outro lado, a baixa capacidade de resposta das populações também foi identificada como um fator agravante dos danos causados pelos desastres. Qual era o papel desempenhado pela população para a redução dos danos? O que fazer para que a população se tornasse mais resiliente diante dos desastres? Profissionais das ciências humanas e sociais se debruçavam em busca de respostas diante de questionamentos tão complexos. Aspectos ligados à educação, renda e cultura davam pistas para explicar o porquê das diferenças entre as populações afetadas por um mesmo evento adverso. Entendia-se, assim, o protagonismo exercido daqueles que moram em área de risco.

A constatação de que em algumas situações as comunidades tinham diferentes respostas pós-desastre orientou a presente pesquisa a investigar com maior profundidade as relações existentes entre os moradores de um dado lugar. Uma comunidade consciente das ameaças a que está submetida é menos vulnerável e, por conseguinte, tem melhor capacidade de resposta, cujo resultado direto é a redução de danos humanos e materiais, além de mais rápido restabelecimento da normalidade.

A constituição dessa população invulnerável é feita a partir de medidas não estruturais, dentre as quais se destacam a educação e o fortalecimento da coesão social. A melhor resposta pós-desastre em comunidades que possuem maior envolvimento comunitário já foi enfatizada em diversos trabalhos (ALDRICH, 2011; ADGER et al., 2009; BIN e EDWARDS, 2009; YAMAMURA, 2008; AIRRIESS et al., 2008; MUNASINGHE, 2007). Assim, buscou-se investigar nesse artigo como o capital social contribui para a construção do capital social em comunidades moradoras em áreas de risco de deslizamentos em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. O estudo de caso foi conduzido no Maciço do Morro da Cruz (MMC), área afetada historicamente por deslizamentos e que tem provocado constantemente danos materiais e humanos à população.



Assim como os conceitos de risco e vulnerabilidade, o capital social é empregado nas mais diversas áreas do conhecimento. O seu uso pode ser verificado em áreas sociais, econômicas e culturais. A sua origem, entretanto, vem do campo das ciências sociais com Pierre Bourdieu que lançou o conceito no início da década de 1980. Entretanto, o conceito foi discutido e divulgado mais amplamente por pensadores americanos como Robert Putnam e James Coleman.

Fukuyama (2000, p.3) define “(...) social capital is an instantiated informal norm that promotes cooperation between two or more individuals”. Contrariando Coleman, Fukuyama afirma que o capital social é um bem privado e não público, tendo em vista que a cooperação entre dois ou mais indivíduos é dada por interesses particulares.

Para o presente estudo, a definição mais apropriada foi àquela atribuída por Coleman (2000, p.99), “*social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure*”.

Buscou-se pela compreensão do capital social no âmbito coletivo e não individual, ou seja, como as redes de contatos sociais privilegiam as ações de um grupo e não de uma única pessoa.

Coleman em sua obra precursora *Foundations of social theory* (1994) afirmava que o capital social está representado nas conexões entre as pessoas e complementa “*Social capital, in turn, is created when the relations among persons change in ways that facilitate action*”, ou seja, as pessoas se unem para alcançar um objetivo comum.

Ostrom (2000) ao avaliar o capital social conseguiu identificar importantes diferenças em relação a outros tipos de capital. Para o autor “*Social capital does not wear out with use but rather with disuse*” (p. 179), isto é, quanto mais se pratica o capital social, mais o fortalece. Além disso, diferentemente de uma construção tal como uma ponte ou barragem, o capital social não se vê já que ele está imbuído nas relações sociais.

COMO E ONDE CRIAR CAPITAL SOCIAL?

Coleman (1990) citado por Rodríguez-Sedano et al. (2009) propõe três fatores que podem contribuir positivamente para o fortalecimento do capital social: primeiro, o grau de aproximação das relações entre os indivíduos em uma organização; segundo, a estabilidade e terceiro, o senso de identidade entre os membros. Os autores também apontam que existe a necessidade de desenvolver confiança e cooperação entre as pessoas através da

realização de atividades conjuntas. Nesse sentido, se aponta, por exemplo, para algumas formas de associações como as entidades religiosas, educacionais e culturais, as associações de moradores, as organizações não governamentais, entre outras.

A prática religiosa tem em seu cerne a crença em algo comum entre seus seguidores. Evolução espiritual e salvação da alma são alguns objetivos que conduzem as pessoas a procurarem as igrejas. Em menor ou maior grau, a caridade é tida em algumas religiões como um dos caminhos para alcançar tal propósito. Almeida e D'Andrea (2004) e Lehmann (2007) observaram, por exemplo, que os evangélicos têm como ideal maior a valorização do indivíduo e das relações pessoais, bem como laços de confiança e fidelidade. Por outro lado, kardecistas e católicos agem mais pela benevolência e em ajuda ao próximo, sobretudo aos mais desfavorecidos. Assim, o tipo de religião também influencia no menor ou maior desenvolvimento de capital social.

Nas últimas décadas um movimento da sociedade civil que tem ganhado notoriedade pelas suas ações junto a mais diversos segmentos são as Organizações Não Governamentais (ONG). Estas são instituições independentes que não representam nenhuma classe de indivíduos, ou seja, se distinguem pelo o que fazem e não a quem representa. Há outros aspectos que ainda as caracterizam: não pertencem ao governo, não visam lucros, não possuem financiamento próprio, não estão articuladas a estruturas maiores (FERNANDES, 1995). Assim, o que une aqueles que participam das ONGs é o objetivo que pode estar vinculado a preservação ambiental, assistência social, discriminação sexual e racial, entre outros. Observa-se nessas organizações um ambiente bastante propício para o desenvolvimento e fortalecimento de capital social. Aqueles que nelas atuam, em geral, o fazem de modo voluntário.

No Brasil, as escolas de samba reúnem pessoas motivadas não apenas pelo carnaval, mas ainda por questões sociais. Costa (2002) exemplifica o caso da Mangueira, escola de samba tradicional no Rio de Janeiro, que desenvolve projetos para a comunidade na área de educação, saúde, esporte, lazer, cultura, artes e música. A iniciativa privada, por sua vez, contribuiu com recursos financeiros. Com o tempo, outras parcerias foram firmadas, como universidades privadas, ONGs, sindicatos e órgãos públicos. O importante papel da escola de samba na comunidade foi evidenciado quando foi comparada a participação em associações de bairros. Na Mangueira, apenas 66% dos moradores declararam participar desse tipo de associação, enquanto nas comunidades Vidigal e Jacarezinho, esse valor foi de 97%.

Mas o capital social pode ser desenvolvido em outras esferas, como a familiar. Crosnoe (2004) é bastante enfático em afirmar que a família é um importante recurso para o desenvolvimento de capital social ao longo da vida de uma pessoa. É neste nível que “aparece de forma embrionária a subordinação completa do indivíduo à vida social” (HIGGINS, 2005, p.145). Assim, os pais são os primeiros a dar as primeiras noções de convivência e educação.

Apenas para ressaltar a relevância do papel da família em situações de desastres, Dynes (2006) cita que durante evacuações devido a alertas de furacão ou erupção de vulcões, é comum empreender a fuga em família. Além disso, a primeira alternativa de busca por abrigos também é por casa de familiares, depois por amigos e por último, abrigos comunitários.

Depois da família, a escola é outra fonte com que um indivíduo se depara ao longo da vida para o desenvolvimento do capital social. O ambiente escolar promove a educação formal da criança, mais ainda o fortalecimento de relações entre mestres e pais. Meier (1999) em estudo sobre capital social entre adolescentes americanos comprovou que as relações eram mais densas em escolas religiosas do que públicas, já que os alunos compartilhavam não somente atividades escolares, mas ainda religiosas e sociais. Nesse mesmo estudo, a autora ainda mostrou que o capital social mantido por crianças que mudavam frequentemente de escola era inferior se comparado com aquelas que frequentavam a mesma por um longo período. A confiança entre os professores e pais de outras crianças era fortalecida pelo tempo. Por fim, o estudo ainda mostrou que pais divorciados participam menos de atividades escolares do que pais casados.

Se o fortalecimento das relações entre as pessoas pode ser promovido em espaços de convívio como nas escolas, igrejas e organizações não governamentais, ele também pode ser impulsionado por agentes exógenos, a exemplo do poder público. O papel do Estado é atribuído a sua capacidade de dissolver problemas ao criar estratégias para a solução de problemas coletivos em que a comunidade possa se auto-organizar. Mas para isso, é necessária a formação de cidadãos empreendedores, capazes de identificar as dificuldades e propor soluções (OSTROM, 2000).

Carpim (2005) analisando os efeitos de um programa municipal de intervenção em uma favela em Santo André, São Paulo, constatou a intensificação dos vínculos no interior dessa comunidade, entre os agentes da Prefeitura com os indivíduos de alguns grupos sociais. A melhora da comunicação entre esses elementos possibilitou a criação de relações para além da área segregada, aumentando o capital social da comunidade.

O LADO PERVERSO DO CAPITAL SOCIAL

Ainda que existam inúmeros aspectos positivos a respeito do capital social, é importante destacar que a mesma união que consegue reunir as pessoas para um bem em prol de algo salutar, pode congrega também para objetivos negativos. É o chamado *dark side* do capital social, que pode ser útil, por exemplo, para grupos de crime organizado como a máfia, de intolerância religiosa ou preconceituosa. A estrutura de confiança entre seus pares permite a manutenção desses grupos em ações criminais (OSTROM, 2000).

Em um trabalho desenvolvido por Nagar e Rethemey (2007) intitulado “*Do good neighbors make good terrorists?*” foi demonstrado como membros de movimentos de resistência judaica se organizaram para colocar bombas em ônibus palestinos. Os autores analisaram os depoimentos dos terroristas presos e concluíram que havia entre eles um intenso elo de comprometimento. Quando indagado a um deles a razão de colaborar com essa rede, a resposta não deixava dúvidas “*I helped him only because I could not turn a friend down*”.

Haveria, então, uma relação direta entre as práticas criminosas e o menor capital social entre os moradores de uma comunidade violenta? Lederman et al. (2001) afirmavam que o capital social pode reduzir crimes por dois motivos. A existência de melhor relação entre os cidadãos auxilia em resolução pacífica de conflitos no lar, vizinhança e local de trabalho. O segundo motivo é relacionado à redução de práticas oportunistas, pois os indivíduos organizam-se para superar os chamados problemas de “parasitismo” de ação coletiva.

Putnam (2003) entendia que a ocorrência de crimes só ocorreria devida ao déficit de capital social. Segundo o autor, nas comunidades que possuem escolas eficientes, há menores índices de adolescentes grávidas, abuso sexual, uso de drogas e delinquência juvenil. Outra consequência direta são cidadãos mais conscientes de sua cidadania e que usufruem de administrações mais honestas.

Contudo, as ideias apregoadas por autores que defendem o capital social não são unânimes. Encarnación (2003) em sua obra *The myth of civil society* contesta Putnam ao defender que a confiança social é desenvolvida em situações em que o sistema político seja mais bem institucionalizado, ou seja, este prevalece sobre as organizações da sociedade civil. O autor exemplifica usando o caso brasileiro, quando à época da ditadura militar, mesmo com as expressivas formas de engajamento da sociedade civil, não havia um alto nível de confiança, nem mesmo depois, com o período da redemocratização.

Silva e Cortes (2009) também refutaram a concepção de Putnam e comprovaram que na Região Metropolitana de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, apesar do

alto envolvimento associativo não implicou na maior confiança interpessoal e político-institucional. Essa baixa correlação foi atribuída a avaliação extremamente negativa dos entrevistados quanto aos atores e instituições político-administrativas.

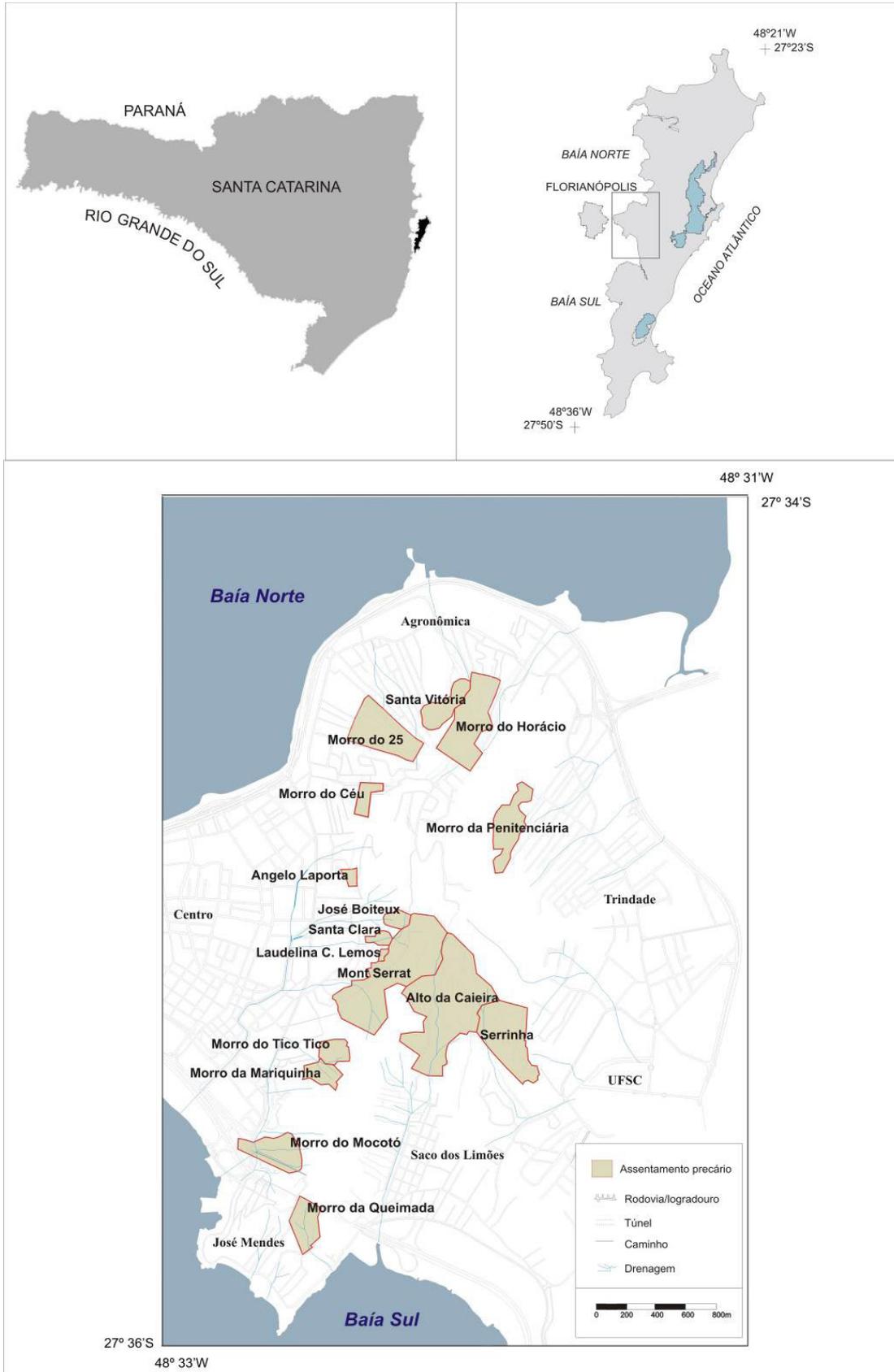
BUSCANDO A COMPREENSÃO SOBRE O CAPITAL SOCIAL NO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

Esse estudo foi direcionado aos assentamentos precários localizados nas encostas do Maciço do Morro da Cruz (MMC), situado na porção insular de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil (Figura 1). Resultante de um processo de ocupação desde o início marcado pela exclusão socioeconômica, por muitas décadas os assentamentos precários do MMC não faziam parte da cidade formal e eram negligenciadas pelo poder público. Serviços e infraestrutura básicos eram conseguidos, na maior parte dos assentamentos, por vias informais. Não existiam ruas nem servidões reconhecidas, e por isso, atos simples do cotidiano, como receber uma correspondência, não faziam parte da realidade desses moradores. Por outro lado, edificações para as moradias de alto padrão e para sedes de emissoras de televisão, ocupavam as partes mais altas dos morros.

Em levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), em 2004, a população total em tais assentamentos somava aproximadamente 25 mil pessoas, distribuídas em dezesseis comunidades, relacionadas a seguir: Alto da Caieira, Angelo Laporta, José Boiteux, Laudelina Cruz Lemos, Monte Serrat, Morro da Mariquinha, Morro da Penitenciária, Morro da Queimada, Morro do 25, Morro do Céu, Morro do Horácio, Morro do Mocotó, Morro do Tico Tico, Santa Clara, Serrinha e Vila Santa Vitória.

Essa análise foi elaborada sob duas perspectivas: a primeira, focada às características das populações do MMC e que indicaria o capital social dos moradores e a segunda, voltada aos agregadores, ou seja, quais elementos que possibilitam a criação de capital social do MMC. Posteriormente, ainda foi analisado o chamado *dark side* do CS, o qual poderia se configurar como um empecilho para a maior coesão comunitária.

Figura 1: localização da área de estudo, destacando os assentamentos em análise.



A caracterização dos moradores dos assentamentos precários foi feita a partir da organização dos dados do Cadastro Único (CADUNICO), organizado pela Caixa Econômica Federal, e cedidos pela PMF. Este cadastro mantém dados sobre famílias em situação de pobreza, que necessitam de algum tipo de auxílio governamental. As variáveis consideradas para este estudo foram estado de procedência, idade, tempo de moradia. A participação comunitária foi analisada por comunidade e os dados empregados foram obtidos junto a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental/PMF que realizou um questionário denominado CADHAB (Cadastro Habitacional) que contemplava aspectos como infraestrutura do domicílio, situação familiar e satisfação quanto a serviços públicos. Tal questionário diferenciou-se do CADUNICO, pois do primeiro já constavam dados do total da população de cada assentamento. Três questões foram selecionadas: participação comunitária, motivo da não participação e desejo de voltar à cidade de origem.

Os elementos agregadores de capital social foram elencados a partir da observação em campo e pelo acompanhamento das transformações da realidade no MMC. A análise ainda foi corroborada pelo referencial bibliográfico e pelos resultados advindos do questionário CADHAB. Considerou-se, primordialmente, os espaços de convívio que poderiam fortalecer as relações dos moradores, dada pela mesma motivação, seja pela crença ou responsabilidade social. Ainda, foram realizadas entrevistas não estruturadas a fim de se contextualizar melhor os resultados obtidos.

O CAPITAL SOCIAL DOS MORADORES DO MMC

Esta investigação direcionou-se no sentido de analisar o capital social dos moradores e entre os moradores, a partir de alguns questionamentos decorrentes das colocações de Coleman (1990) e Putnam (2003):

- **comunidades ocupadas há mais tempo teriam maior participação comunitária?**
- **quais são os elementos que podem agregar capital social entre os moradores do MMC?**

Diante de um conceito multifacetado e às vezes, subjetivo, como o capital social, buscou-se explorar o potencial dos dados do CADUNICO para operacionalizar alguns aspectos de maior coesão dos moradores dos assentamentos precários do MMC.

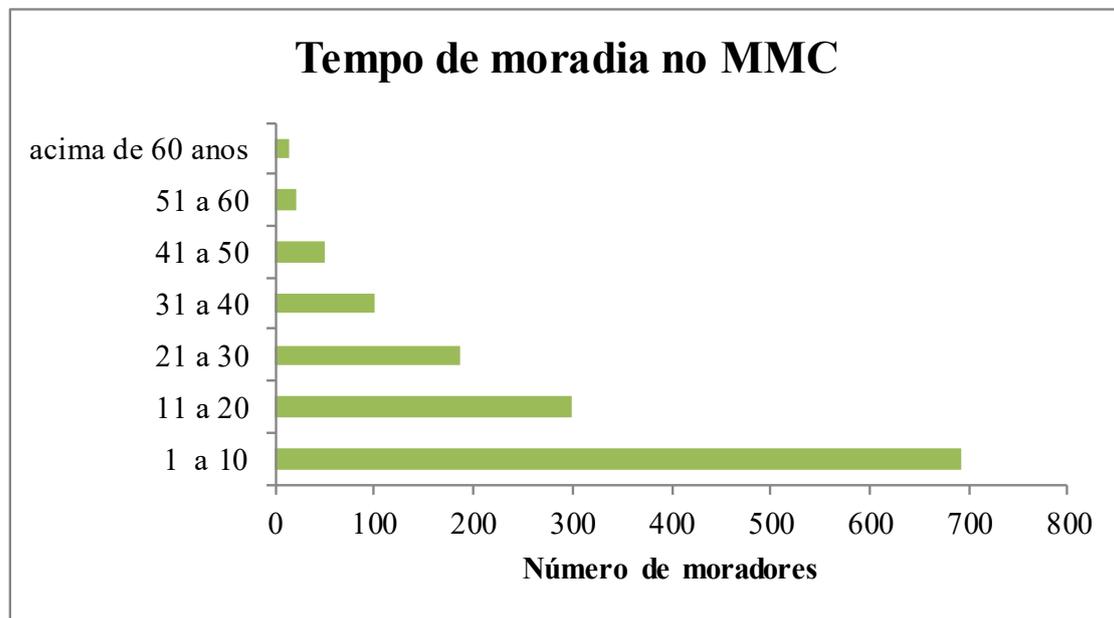
Desde o início dessa investigação, teve-se a preocupação de recorrer a análises mais quantitativas do que qualitativas, como a maior parte dos trabalhos que lidam com capital social o faz. Espera-se dessa maneira, habilitar o procedimento aqui adotado, possível de ser aplicado para outros assentamentos precários que possuam dados do CADUNICO e CADHAB, ou outro formulário que determine a participação comunitária da população.

A análise utilizando dados secundários pode mostrar o potencial dos mesmos. Por outro lado, pretendeu-se com essas análises ainda demonstrar quais políticas públicas devem ser elaboradas e considerando as diferenças locais de cada comunidade, tanto no que tange as limitações como as potencialidades. Assim, foi de fundamental importância a identificação dos elementos agregadores de capital social.

Partindo da premissa de que moradores procedentes de outros lugares não conhecem a dinâmica do meio físico em que habitam bem como teriam maior dificuldade em estabelecer laços entre os vizinhos, foram levantadas as informações sobre o estado de origem, tempo de moradia e composição por comunidade. Assim como já abordado por Pimenta et al. (2005), as estratégias de sobrevivência dos migrantes em Florianópolis se fizeram em parte com a ocupação nas encostas. A grande maioria dos chefes de família entrevistados era procedente de Santa Catarina, totalizando 77%, e depois os moradores vindos do Paraná (9%) e do Rio Grande do Sul (8%).

Outro resultado que se destacou foi a alta porcentagem de jovens que chegaram a Florianópolis com idade entre 21 a 30 anos, com 33%, prevalente sobre todas as demais classes. Trata-se de uma faixa da população economicamente ativa, provavelmente a procura de melhores condições de vida. O que ocorreu em Florianópolis, pode ser também compreendido à luz da situação em São Paulo. Os jovens migram e ao se estabelecer na cidade, posteriormente trazem os demais familiares (ALMEIDA E D'ANDREA, 2004). Ainda foi elevada a proporção de jovens entre 11 a 20 anos (19%) provavelmente acompanhando os pais; e adultos entre 31 a 40 anos, com 18%. As porcentagens começam a se reduzir a partir da classe de 51 a 60 anos.

A outra análise foi feita a partir do tempo de moradia. Ao contrário do que apregoava a bibliografia, a maior porcentagem (51%) foi de catarinenses com menos de 10 anos de moradia (Figura 2). As comunidades Santa Clara, Serrinha e Alto da Caieira foram as comunidades onde se registraram as maiores porcentagens de população moradora de 1 a 5 anos de moradia, com média de 40%. Por outro lado, o Morro do Mocotó, que se caracteriza por ser uma das comunidades tradicionais, foi a que apresentou menor porcentagem, próximo dos 10%.

Figura 2: tempo de moradia dos catarinenses moradores do MMC

Pimenta et al. (2002) afirmam que havia no MMC um grande número de migrantes decorrente do êxodo rural principalmente a partir da década de 1980. Mas como se pode constatar o número de moradores com maior tempo de moradia vai reduzindo gradativamente, induzindo a acreditar que existe uma relação mais fraca com o processo brasileiro que levou a população rural a se deslocar para as cidades. Outra possibilidade é a especulação imobiliária, motivando os moradores mais antigos a comercializarem, mesmo informalmente, suas moradias.

Como não se pode afirmar absolutamente que os catarinenses moradores do MMC tenham vindo de outros municípios, deve-se considerar que existe a possibilidade de uma parcela ser constituída por aqueles nascidos em Florianópolis também. Esse aspecto amenizaria a questão do desconhecimento dos processos do meio físico do lugar. De qualquer maneira, o predomínio de moradores recentes no MMC alerta sobre o possível enfraquecimento das relações entre os habitantes de comunidade.

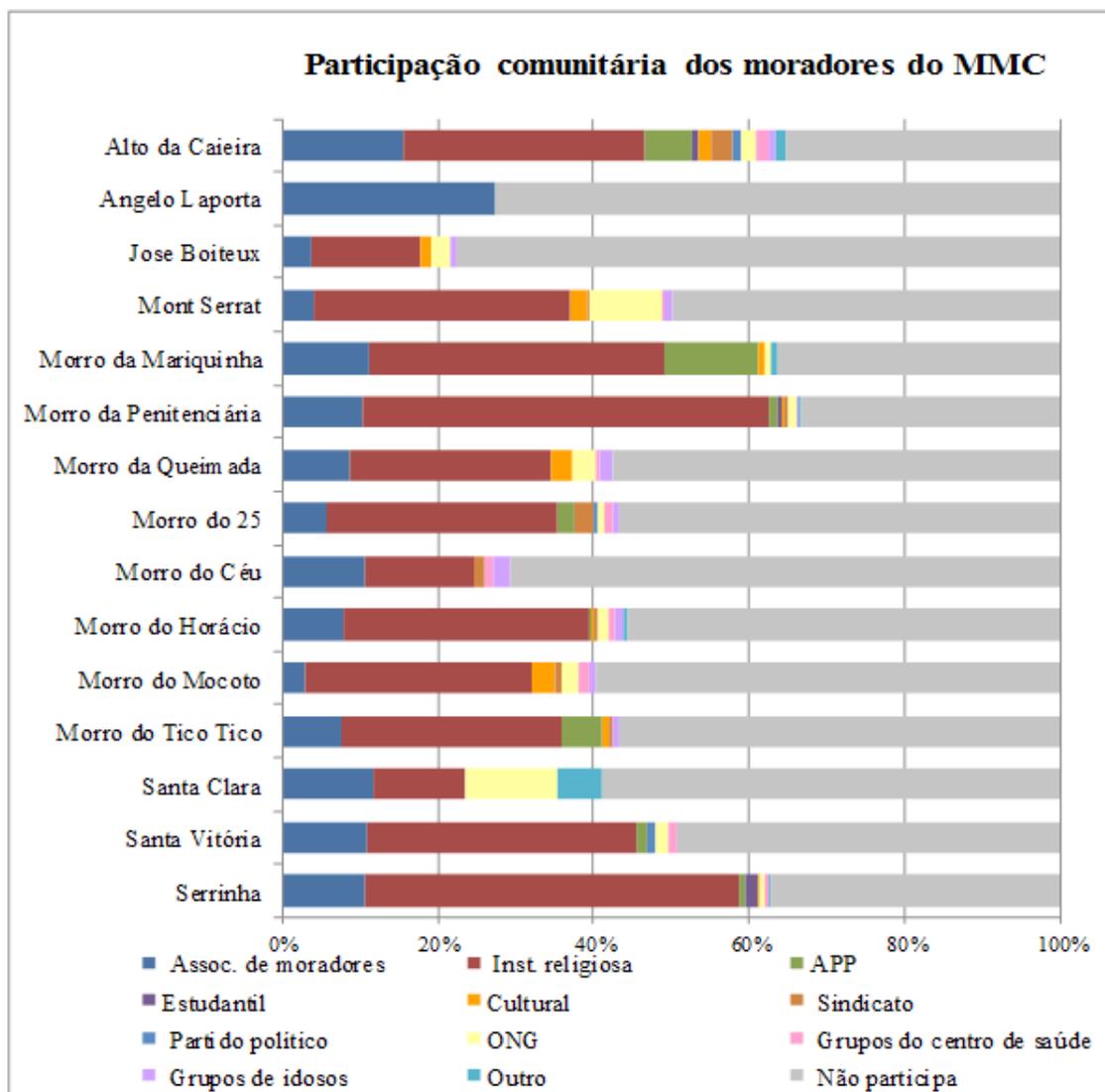
Questionados sobre a participação comunitária durante o levantamento CADHAB, expressiva porcentagem dos entrevistados respondeu não ter participação em vida comunitária (Figura 3). As maiores porcentagens foram encontradas nas comunidades José Boiteux, Angelo Laporta e Morro do Céu, com 77%, 72% e 71%, respectivamente. Por outro lado, as comunidades com maior participação comunitária foram Morro da Penitenciária, Alto da Caieira e Morro da Mariquinha. Nesses assentamentos, foram

encontradas as menores porcentagens com 33%, 35% e 36%, respectivamente. A partir desses resultados foi possível inferir que não necessariamente comunidades mais antigas tenham uma maior participação comunitária. O Morro do Mocotó, um dos primeiros a se formar no MMC, apresentou não participação comunitária de 60%, bem como o Mont Serrat, com 50%.

A instituição religiosa foi responsável pela maior proporção de participação comunitária nos assentamentos do MMC. As comunidades com maior participação em entidades religiosas foram Morro da Penitenciária (52%) e Serrinha (48%), quando a média de foi de 28%. Em busca de possível similaridade entre essas duas comunidades, constatou-se o predomínio em ambas de população entre 18 a 30 anos, brancos e tempo de moradia entre 1 a 5 anos. Quanto à procedência, não houve nenhuma semelhança entre ambas.

As associações de moradores ficaram em segundo lugar em termos de participação comunitária no MMC, cuja média foi de 9%. Em termos proporcionais, o Alto da Caieira possui a mais alta participação de moradores em associações com 16%, seguido do Morro da Mariquinha, ambas com 11%. Em comum, essas comunidades apresentam a maior proporção de casados e assalariados. O Morro do Mocotó foi o assentamento onde se constatou a menor participação em associação comunitária, com apenas 3%.

As demais formas de participação comunitária foram os grupos de centros de saúde, grupos de idosos, partidos políticos, sindicatos, estudantil, cultural. A média de participação foi de aproximadamente 1%. A Associação de Pais e Professores (APP) teve uma média de 3%, especialmente do Morro da Mariquinha e Alto da Caieira. Organizações Não Governamentais (ONG) tiveram uma média de participação nas comunidades também de 3%, com os maiores índices no Mont Serrat e Santa Clara.

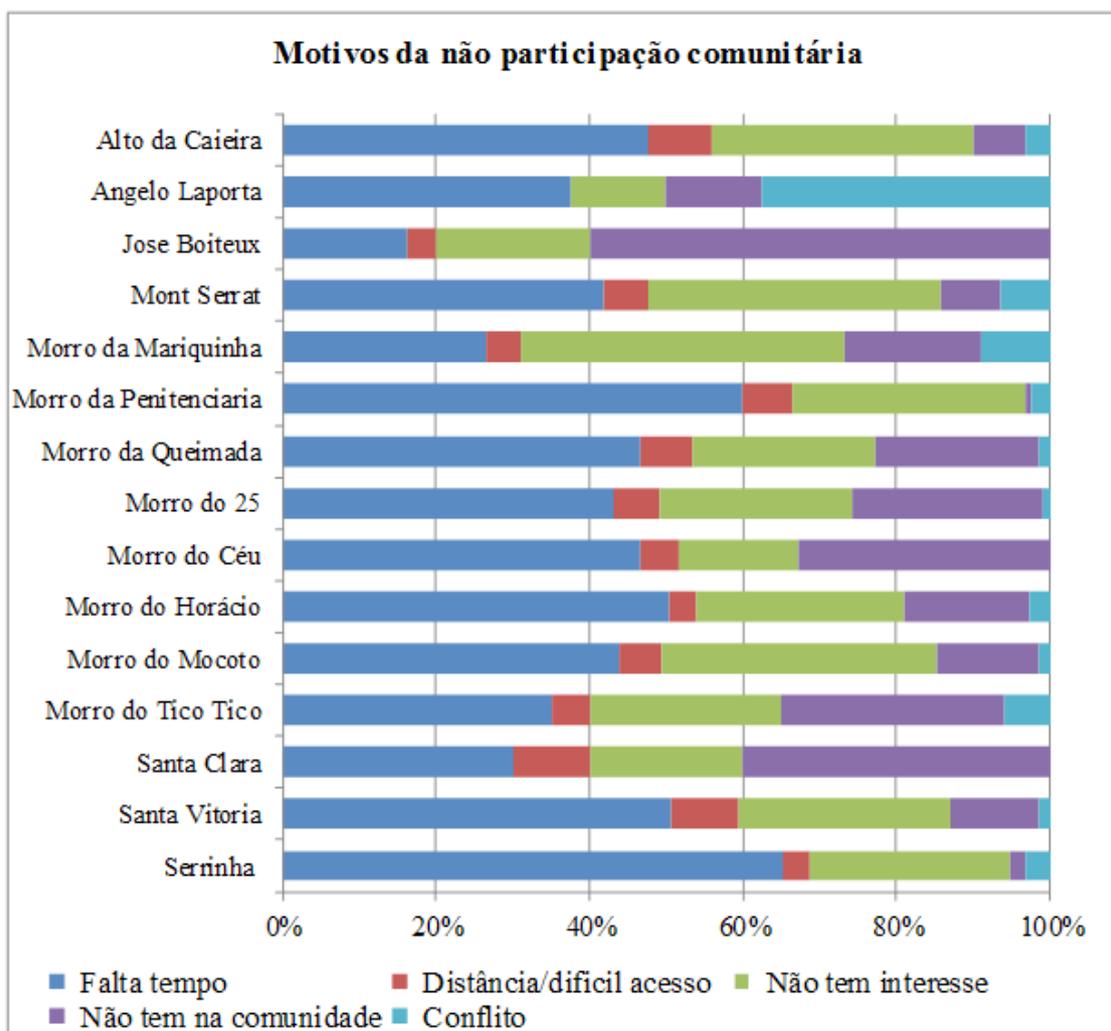
Figura 3: participação comunitária dos moradores do MMC

As comunidades que apresentaram as maiores proporções de população participativa de grupos culturais foram exatamente àquelas envolvidas com as escolas de samba, em especial, Embaixada Copa Lord e Protegidos da Princesa. O Morro do Mocotó assim como o Morro da Queimada foram as comunidades com a maior participação em relação as demais, ambas com aproximadamente 3%, seguidas do Mont Serrat com 2%.

O formulário do CADHAB também questionava sobre os motivos da não participação da vida comunitária (Figura 4). Em todas as comunidades, a falta de tempo e de interesse foram os motivos atribuídos pelos moradores por não se engajarem em vida comunitária. Ainda foi apontada a inexistência de entidades comunitárias nos assentamentos bem como

o difícil acesso. Em menor proporção, conflito também foi indicado como uma das razões pela não participação. Nesse item estariam incluídos desentendimentos interpessoais, como também estariam subentendidas as possíveis formas de violência existentes no Maciço.

Figura 4: motivos da não participação comunitária



A Serrinha e o Morro da Penitenciária foram os assentamentos onde a falta de tempo teve a maior proporção de respostas, com 65% e 60%, sendo que a média foi 43%. Coincidentemente, nessas comunidades concentrou-se a maior porcentagem de pessoas envolvidas em entidades religiosas.

A maior porcentagem de pessoas sem interesse em atividades comunitárias foi registrada no Morro da Mariquinha (42%) e Mont Serrat (38%). Não foi encontrada nenhuma similaridade entre as comunidades.

Diante de um índice tão alto de pessoas não interessadas em atividades comunitárias, passou-se então a investigar possíveis motivos para esse desinteresse. Em primeiro lugar, buscou-se os elementos que manteriam as populações coesas e posteriormente evidenciou-se se poderia haver alguma relação com a criminalidade, realidade tão próxima dos moradores das comunidades do MMC

ESPAÇOS AGREGADORES DE CAPITAL SOCIAL

A formação de capital social entre os moradores nas comunidades mais tradicionais pode ser identificada desde o início de sua ocupação. No Mont Serrat, durante o processo de ocupação, trabalhos em mutirão para a construção de creche, horta comunitária, calçamento do caminho principal, constituem alguns exemplos que mostram a presença da coesão entre os moradores. Mas era evidente que algumas atitudes foram tomadas para que se promovesse a efetividade dessas ações. Em depoimento dado a Santos (2009), Seu Teco, antigo morador do Mont Serrat, revela algumas medidas tomadas para se manter o trabalho em comunidade. O calçamento da via foi feito de cima para baixo do morro, numa prática parecendo bastante incoerente. Ao término da obra, tal atitude foi justificada pelo encarregado da Prefeitura que essa era a maneira de garantir que os moradores das áreas mais baixas também colaborassem na obra, já que assim lidaria com o inconveniente da lama na porta de suas casas até que todo o calçamento fosse finalizado.

Outra demonstração da construção do capital social nessa comunidade, era a partilha dos terrenos entre os familiares, permitindo assim a manutenção da sobrevivência dos recém-agregados (SANTOS, 2009). A construção das casas, erguida muitas vezes pelos próprios familiares, evidenciava a coletividade e servia ainda, como momento de interação e divertimento, pois a cada etapa finalizada, era comemorada com muita música, festa e dança, como colocado por Araújo (2006). O mesmo autor ainda afirma que os conflitos também existiam, mesmo em meio às famílias. Destaca-se o caso do Mont Serrat, que no final das décadas de 1920 e início de 1930, foi ocupado por duas grandes famílias, os Cardoso e os Veloso. Como as famílias não se “misturavam” com as demais do morro, era muito comum o casamento entre os próprios primos. Mesmo assim, as desavenças eram rotineiras, atribuídas à bebida e desentendimentos.

Segundo Grade (2006) em torno da década de 1980 as primeiras associações de moradores começam a se organizar, como a do Mont Serrat, Morro do Mocotó, Serrinha, Morro da Penitenciária. É nessa época também que a associação do Morro da Mariquinha passou por uma remodelação. A organização de tais associações foi fortemente influenciada pela igreja católica que lutavam por soluções de problemas como falta de energia elétrica,

saneamento básico, postos de saúde, escola, etc. A organização do Mont Serrat, como já exposto, foi iniciada em 1954, quando o padre Agostinho Stahelin principiou a organização enquanto movimento social para reivindicar por melhorias à comunidade. Na década de 1980, o padre Vilson Groh fortaleceu a organização nessa área através de inúmeros projetos.

De acordo com Pacheco (2007) as organizações comunitárias estabeleciam reuniões sistemáticas para avaliação dos trabalhos, reuniões mensais com a diretoria executiva do Fórum, reuniões bimestrais com equipes técnicas. Os moradores eram convidados a participarem das reuniões, e eram representados pelos líderes comunitários eleitos em cada comunidade.

A partir de 2005, com a mudança da conduta da política federal que disponibilizou recursos, a exemplo do PAC, pode-se afirmar que um novo cenário começou a ser delimitado para os assentamentos precários de Florianópolis, em especial aquelas localizadas no MMC. A decisão de como e onde empregar os recursos foram definidos em reuniões com o então formado Comitê Gestor.

As associações de moradores que possuem representantes nesse Comitê do projeto do Maciço do Morro da Cruz Alto da Caieira, Morro da Penitenciária, Serrinha, Santa Vitória, Morro do Céu, Morro da Queimada, Morro do Horácio, Morro do Tico Tico e Morro do Mocotó. Dentre os conselhos comunitários, citam-se Mont Serrat e Cristo Redentor (Morro da Mariquinha).

Além da associação de moradores, ainda foram apontados outros elementos como as entidades religiosas, instituições de ensino, ONGs e escolas de samba. foram identificados tais elementos, bem como a participação comunitária de cada assentamento. Apesar de colaborar à compreensão, constatou-se que não existe obrigatoriamente dependência entre a presença física do elemento na comunidade com a sua maior participação, por dois aspectos. Em praticamente todas as comunidades existe algum desses elementos e mesmo assim, a não participação foi muito alta.

ENTIDADES RELIGIOSAS

O aspecto religioso já era considerado como um importante elemento agregador entre os moradores. Não se pode medir quantitativamente o quanto existia de capital social entre os participantes das entidades religiosas, mas pode-se verificar a relevância dessas entidades nos assentamentos, tendo em vista a alta participação dos moradores (vide Figura 3). Como Lehmann (2007) colocou em seu artigo “A milagrosa economia da religião um ensaio sobre capital social”, as instituições religiosas são as únicas que parecem surgir em

meio às comunidades mais empobrecidas, diante de condições tão desfavoráveis. Embora coloque em xeque se realmente as igrejas acrescentam capital social à sociedade, o autor não desmerece completamente a influência dessas organizações.

O papel das entidades religiosas não se restringe apenas ao momento do culto (ou cerimônia) em si, mas em todas as demais atividades por ela polarizadas, como bingos, festas beneficentes, refeições comunitárias, projetos sociais, ações que possibilitam os moradores criarem vínculos de amizade e confiança. Além do próprio aspecto da crença comum que fortalece os vínculos entre seus frequentadores. Não raro observam-se casamentos e associações econômicas entre seus membros.

Neste artigo foram focadas apenas as igrejas cristãs, mas reconhece-se a influência das religiões afro-brasileiras¹, sobretudo pela forte presença da comunidade negra em comunidades como Mont Serrat e Morro do Mocotó.

Constatou-se que os frequentadores das igrejas podem estar mais informados a respeito de suas comunidades. A partir de depoimentos pode-se verificar que o espaço das igrejas ainda é usado para além dos cultos religiosos. O Sr. Elivaldo², presidente da associação de moradores do Alto da Caieira e presbítero da igreja Assembleia de Deus, afirmou que após os cultos é comum ele utilizar esse espaço para passar informes sobre o andamento das obras do PAC. O segundo testemunho foi cedido pelo Sr. Rogério³, presidente da associação de moradores do Morro da Mariquinha e coordenador da igreja católica na mesma comunidade. Quando questionado, ele também afirmou que usa o momento após a missa para informar sobre os encaminhamentos das reuniões do comitê gestor. Ele observou que aqueles moradores que não participam de reuniões do conselho comunitário nem das missas, são os que mais reclamam, por exemplo, da demora das obras do PAC. A desinformação é atribuída à falta de participação, o que gera conseqüentemente, o conflito. Dessa forma, as instituições religiosas possuem grande potencial como agregador de capital social no MMC, devendo ser considerada como um importante elemento para inúmeras atividades, dentre elas, como atividades de capacitação.

ESCOLAS DE SAMBA

Outro elemento identificado que mantém a população coesa são as escolas de samba. As primeiras escolas de samba em Florianópolis tiveram suas origens nas comunidades carentes do MMC e surgiram devido a uma conjunção de fatores históricos, como coloca

¹ Para compreender sobre as religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis, consultar Tramonte (2001).

² Entrevista não estruturada com Elivaldo Cláudio da Paixão, 54 anos, em outubro de 2010.

³ Entrevista não estruturada com Rogério Antonio Rodrigues, 57 anos, em outubro de 2010.

Bezerra (2010). Na década de 1940, marinheiros negros cariocas que serviam o Distrito Naval, quando passavam o carnaval em Florianópolis, sentiam-se saudosos de sua terra, tendo em vista que não havia festas semelhantes na Ilha. Muitos deles acabaram fixando residência nas comunidades caracterizadas pelo predomínio de descendentes negros que organizavam reuniões musicais familiares e religiosas. Nessas comunidades, ainda haviam clubes de dança voltados aos negros. Esse foi o contexto que possibilitou a formação das escolas de samba em Florianópolis e evidencia a forte influência negra no carnaval florianopolitano.

Em 1948, a escola Os Protegidos da Princesa⁴ fez seu primeiro desfile na Ilha. Há controvérsias quanto a sua origem, se ocorreu no Morro do Mocotó ou no Mont Serrat, conforme Silva, A. (2006). De 1949 a 1951, a Escola foi campeã dos desfiles, mas não desfilou nos anos 1954 e 1955, fato que gerou divergências internas e fez com que ainda em 1955, surgisse a escola Embaixada Copa Lord⁵, originada no Mont Serrat. No ano seguinte, a Protegidos voltou a desfilar e a partir de então, começou a rivalidade entre as duas escolas (BEZERRA, 2010).

A terceira escola presente no Maciço é a Consulado do Samba⁶, cuja origem foi diferenciada das demais. No final da década de 1970, funcionários da ELETROSUL, transferidos do Rio de Janeiro, animavam festas entre colegas de trabalho. No carnaval de 1977, organizaram um bloco de carnaval que ganhou o primeiro lugar e com o passar dos anos, a Consulado ganhava destaque e ampliava o número de componentes. Já em 1986, foi fundado o Grêmio Recreativo Escola de Samba Consulado (SILVA, 2006). A sede bem como a quadra - para ensaios da bateria, estão localizadas no bairro Caieira do Saco dos Limões, ao sul do MMC. Diferenciou-se das demais por trazer muitos elementos do carnaval carioca, o que posteriormente também foi empregado pelas demais escolas.

Tal contextualização histórica foi necessária para compreender a rivalidade⁷ existente entre as escolas e o envolvimento das comunidades. As chamadas escolas tradicionais de população negra (Protegidos da Princesa e Copa Lord), versus a escola moderna de brancos (Consulado do Samba). Esta última, segundo as críticas foi chamada de escola da cidade e as outras, como escola do morro. A crítica recorrente é a de que Consulado não teve sua origem na comunidade, mas sim em meio às dependências de uma empresa.

⁴ O nome da escola foi atribuído em homenagem à Princesa Isabel, em função da abolição da escravidão no Brasil (PROTEGIDOS DA PRINCESA, 2010).

⁵ Copa Lord é uma gíria carioca que significa “viver numa boa” (COPA LORD, 2010).

⁶ O nome Consulado do Samba é alusivo ao início de formação do grupo, quando ainda guardavam os instrumentos musicais nas próprias casas dos integrantes, chamadas de “consulados do Rio”.

⁷ Outra rivalidade se faz entre as escolas da ilha e a escola do continente, representada pela Unidos da Coloninha, escola de samba no bairro Estreito, na área continental de Florianópolis.

Para além das rivalidades é importante destacar os projetos desenvolvidos por todas as escolas que envolvem a comunidade, em especial, as crianças. A Consulado desenvolve desde 1991, o trabalho denominado Caeira 21 e se destacou por ser pioneira com escola de samba mirim. A Copa Lord, por sua vez, integra crianças e adolescentes das comunidades do MMC em oficinas de dança, expressão corporal, harmonia, confecção de fantasias e carros alegóricos por meio da Escola de Samba Mirim, criada em 2010. Muitas desses jovens se apresentam nos desfiles durante o carnaval. Tais práticas colaboram para que crianças e adolescentes mantenham-se em atividades culturais e não se aproximem da criminalidade.

Tramonte (2007) afirma que as agremiações de samba possuem um aspecto comunitário que mantém a coesão interna e o espírito de solidariedade. A autora ainda segue afirmando sobre a forte relação entre os integrantes das escolas:

(...) várias escolas de samba têm atuado no sentido de manter a identidade comunitária como o elemento-chave indispensável para a vitória e continuidade da agremiação. As escolas de samba que não tinham base comunitária buscaram construí-la, como no caso da Consulado. As mais tradicionais buscam reavivá-la, como Copa Lord e Coloninha. Outras ainda vivem embates internos buscando solidificar seu sentido comunitário, enfraquecido pela saída da “velha guarda” da comunidade, como a Protegidos. Outras ainda, como a Filhos do Continente, buscam apoio em “amigos” e “familiares” que possam reforçar seu sentido grupal. Aliás, o sentido comunitário frequentemente se imbricará com o familiar: às vezes o termo “família” é utilizado para se referir à comunidade organizada em torno da escola de samba: família Protegidos, família Copa Lord, etc. Além de ajudar a manter a coesão interna e o espírito de solidariedade, esta denominação tem sua explicação também na origem das escolas de samba, cujos ensaios e montagem de fantasias ocorriam sempre na casa dos organizadores, fazendo com que o ambiente familiar fosse à célula geradora da organização social da escola de samba. (TRAMONTE, 2007, p 2).

Assim, além do próprio aspecto agregador das escolas, de conseguir unir o tradicional e o moderno, o negro e o branco, o pobre e o rico, as agremiações são responsáveis por preservar a identidade cultural das comunidades. Mas, ainda, cabe a elas outro importante papel, caracterizado pelo exercício do diálogo com outras forças, a exemplo do poder público, empresas privadas e associação de moradores.

OUTROS ESPAÇOS DE COESÃO SOCIAL

Buscou-se identificar, ainda, outros espaços que promovam a maior coesão intra e inter-comunidades. Esses lugares não possuem uma organização formal, mas ao longo dessa pesquisa mostraram-se capazes de possibilitar a coesão social.

O esporte, mais especificamente os jogos coletivos, como futebol e voleibol, pelo envolvimento entre seus jogadores, contribui para o trabalho em equipe e disciplina e pode colaborar para a construção do capital social (CASTANHEIRA, 2008).

Entre os limites da Serrinha e Alto da Caieira existe uma quadra de futebol utilizada por moradores de ambas comunidades, conhecida como “campinho”. Segundo relato da assistente social Maria Aparecida Napoleão⁸, da SHSA/PMF, esse espaço de lazer auxiliou até mesmo para amenizar os conflitos que existiam entre esses assentamentos. No início, as partidas eram feitas por jogadores de cada comunidade. Em momento posterior, as crianças começaram a organizar jogos com times de cada assentamento. Logo em seguida, os adultos também passaram a realizar partidas entre eles, finalizando as diferenças entre as comunidades. Atualmente, a quadra é um espaço utilizado também para outras atividades, como rodas de capoeira. Um galpão ao lado da quadra foi construído em mutirão com universitários e comunidade, apoiado pelo Centro de Evangelização Marista, PMF e Associação dos Moradores.

O “campinho” é um exemplo que demonstra a importância de equipamentos coletivos de lazer para que se possa promover a associação entre as pessoas. De espaço disputado a um espaço compartilhado, evidenciou a confiança que foi desenvolvida ao longo do tempo entre os moradores das comunidades.

CONCLUSÃO

A consolidação de muitos assentamentos no MMC só foi possível mediante a solidariedade entre os moradores. Inicialmente, por conta das dificuldades de ocupar uma área íngreme de difícil acesso, os mais jovens ajudavam o carregamento de materiais de construção e mantimentos. Ainda muitos mutirões foram organizados para a pavimentação de vias, construção de creches e hortas comunitárias. Os terrenos eram parcelados para os recém-agregados à família. Posteriormente, os moradores passam a se organizar para a reivindicação de acesso a cidade formal.

Dentre as atividades que envolvem os moradores, destacaram-se as entidades religiosas. Ressalta-se, sobretudo, o papel da igreja católica no Mont Serrat que historicamente incentivou a coesão social, e que resultou depois em consolidação de organizações não governamentais. Quanto às igrejas evangélicas, estas são numerosas no MMC e funcionam em espaços diversos, até em residências. Quanto ao viés filantrópico, tanto católicos como evangélicos praticam a ajuda ao próximo, o que contribui para a maior coesão entre os moradores. Além disso, o espaço das igrejas também é utilizado como um meio de comunicação sobre os interesses da comunidade, o que demonstrou a importância desse elemento agregador de capital social.

⁸ Entrevista não estruturada realizada em outubro de 2010.

O conhecimento da realidade local faz reconhecer agregadores que lhe são particulares. No caso do MMC, foi importante identificar o aspecto cultural, representado pelas escolas de samba. Protegidos da Princesa, Copa Lord e Consulado do Samba, além de unir as pessoas pela festa do carnaval em si – com a confecção de alegorias, ensaios de bateria, elaboração do samba-enredo, agregam a população por meio de organizações não governamentais e projetos sociais. A união se faz também com pessoas que não moram nas comunidades e que se envolvem com as atividades da escola. Assim, as escolas motivam crianças, jovens e adultos a trabalharem em um ideal comum, não apenas no carnaval, mas ao longo do ano todo. Dessa maneira, o carnaval aproxima as pessoas, diminuindo o preconceito para aqueles que moram nas áreas segregadas espacialmente.

Outra particularidade identificada foi o esporte como meio de agregar capital social entre os moradores. A prática esportiva reduziu os conflitos entre Serrinha e Alto da Caieira e promoveu a aproximação dos moradores. Isso demonstra a necessidade de conhecer as demandas e não generalizar os agregadores de capital social. Assim, de nada adianta a intervenção externa para promover o capital social, se não respeitar os elementos locais.

BIBLIOGRAFIA

1. ADGER, W.N., W.N., HUQ, S., BROWN, K., CONWAY, D. AND HULME, M. 2009. Adaptation to climate change in the developing world. *Earthscan Reader in Adaptation to Climate Change*, 161-185.
2. AIRRIES, LI, W.; Leong, K.J. CHEN-CHEN, A.C.; KEITHE, V.M. Church-based social capital, networks and geographical scale: Katrina evacuation, relocation, and recovery in a New Orleans Vietnamese American community. *Geoforum*, Volume 39, Issue 3, May 2008, Pages 1333-1346
3. ALDRICH, D. P. The power of people: social capital's role in recovery from the 1995 Kobe earthquake. *Natural Hazards* 56.3 (2011): 595-611.
4. ALMEIDA, R. de; D'ANDREA, T. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos*, nº 68, 2004.
5. ARAUJO, C. B. As relações entre escola de samba e Igreja e os espaços de diálogo dos trabalhadores do Morro da Caixa (Mont Serrat), Florianópolis, 1955-1965. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Guerra e Paz*. Londrina: Editorial Mídia, 2005.
6. BEZERRA, F. F. L. N. *O samba-enredo em Florianópolis: perspectivas históricas e a produção de sambas-enredo entre membros da "Protegidos da Princesa"* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Música. UDESC. 2010
7. BIN, O.; EDWARDS, B. Social capital and business giving to charity following a natural disaster: An empirical assessment. *The Journal of Socio-Economics* 38 (2009) 601-607.

8. CARPIM, T.R.P. *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André Mais Igual*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. USP. 2005, 118P.
9. CASTANHEIRA, M.A.V. *Capital social, sustentabilidade e esporte: elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte voleibol*. Dissertação de mestrado (Programa de pós-graduação em Organizações e Desenvolvimento). UNIFAE, Curitiba, 2008, 250p.
10. COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, 95-120, 2000.
11. COSTA, M.A.N. Capital social na favela da Mangueira. Rio de Janeiro: *Trabalho e Sociedade* - Ano 2 - Nº 3, 2002
12. CROSNOE, R. Social Capital and the Interplay of Families and Schools. *Journal of Marriage and Family* 66 , 2004, 267–280p.
13. DYNES, R. R. *Social Capital: Dealing with Community Emergencies*. Homeland Security Affairs II, no. 2 (July 2006)
14. ENCARNACIÓN, O. G. *The myth of civil society: social capital and democratic consolidation in in Spain and Brazil*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
15. FERNANDES, R. C. 1995. Elos de uma cidadania planetária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 28, p.15-34, jun.
16. FUKUYAMA, F. *Social capital and civil society*. International Monetary Fund, 2000.
17. GRADE, M. *Fórum do Maciço do Morro da Cruz e AGRECO como espaço transitório: germinando a espacialização de relações solidárias em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, UFSC. 407p. 2006
18. HIGGINS, S. S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.
19. LEDERMAN, D.; LOAYAZA, N. MENENDEZ, A.M. Violent crime: does social capital matter? *Economic Development and Cultural Change*, 2001.43p
20. LEHMANN, D. A milagrosa economia da religião: um ensaio sobre capital social. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 69-98, jan./jun. 2007.
21. LEMA, S.R.; SILVA, D. A. *Do outro lado do rio uma aproximação as comunidades da periferia de Florianópolis*. Florianopolis, CESUSC, Cadernos de Pesquisa em Direito, 2007. 18p.
22. MEIER, A. *Social capital and academic achievement among adolescents*. Working Paper 99-18. University of Wisconsin-Madison: Center for Demography and Ecology. 1999.
23. MONTEIRO, M.F. *Uma tragédia anunciada: estudo da dinâmica das taxas de homicídios nos municípios de Santa Catarina no período de 1996 a 2008*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política. UFSC, 2009, 139p.
24. MUNASINGHE, M. The importance of social capital: Comparing the impacts of the 2004 Asian Tsunami on Sri Lanka, and Hurricane Katrina 2005 on New Orleans. *Ecological Economics* 64 (2007) 9 – 11

25. NAGAR, N., RETHEMEYER, R.K. Do good neighbors make good terrorists? The dark side of civil society. *Annual Meeting "Political Science and Beyond*, August 30 - September 2, 2007
26. OSTROM, E. *Social capital: a fad or a fundamental concept?* 2000, 172-214P.
27. PACHECO, N.M.R. *Gestão democrática e relação escola-comunidade: um estudo sobre a experiência do Morro da Cruz, Florianópolis, SC*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. UNISINOS, 2007. 219p
28. PIMENTA, M. de C. A., PIMENTA, L. F.. Habitação e Qualidade de Vida Urbana no Maciço Central em Florianópolis - SC. In: *Anais I SEMINÁRIO NACIONAL DE IMPACTOS SOCIO-AMBIENTAIS URBANOS: Desafios e Soluções*, Anais...Curitiba, 19-22 jun. 2002
29. PUTNAM, R. Vamos jogar juntos? *RIO Estudos Especiais*. Coleção Estudos da Cidade. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 5p. 2003.
30. SANTOS, A. L. *Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Florianópolis, 2009, 658p. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
31. SILVA, A. D. *No balanço da "Mais Querida": música, socialização e cultura negra na escola de samba Embaixada Copa Lord – Florianópolis (SC)*. Dissertação de mestrado, 2006, 181p. Programa de Pós-graduação em Música. UNESP.
32. SILVA, M. K.; CORTES, S.V. Fundamentos da confiança: associativismo, instituições político-administrativas e capital social na RMPA. *Cadernos Metrôpoles*, 21, p. 155-172, 2009
33. SINAIS VITAIS. *Relatório Sinais Vitais 2010 Crianças e Adolescentes em Florianópolis*. Florianópolis: Instituto Comunitário Grande Florianópolis, 2010.
34. TRAMONTE, C. A ação educativa intercultural das Escolas de Samba no Brasil: subsídios para refletir sobre a relação entre local e global nas estratégias comunitárias. *Os Urbanitas Revista de Antropologia Urbana*. Volume 4, n.5, ano 4, 2007.
35. YAMAMURA, E. *Learning effect and social capital: a case study of natural disaster from Japan*. Munich Personal RePEc Archive. Disponível em: http://mpa.ub.uni-muenchen.de/10249/1/MPRA_paper_10249.pdf. Acesso em: 17 de outubro de 2016

ARTIGO RECEBIDO EM JULHO DE 2016

ARTIGO APROVADO EM NOVEMBRO DE 2016